

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

SARAH FARIA ALCÂNTARA MACEDO RODOVALHO

**REALIDADE OU DESEJO: A INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO DE
ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(UEG)**

ANÁPOLIS-GO

2015

SARAH FARIA ALCÂNTARA MACEDO RODOVALHO

**REALIDADE OU DESEJO: A INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO DE
ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

Artigo apresentado à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária, sob a orientação do Professor Mestre Halan Bastos Lima.

ANÁPOLIS-GO

2015

SARAH FARIA ALCÂNTARA MACEDO RODOVALHO

**REALIDADE OU DESEJO: A INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO DE
ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

Anápolis-GO, 26 de setembro de 2015.

APROVADA EM: _____/_____/_____ NOTA _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Halan Bastos Lima

Prof.^a Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo

Prof.^a Aracelly Rodrigues Loures Rangel

REALIDADE OU DESEJO: A INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Sarah Faria Alcântara Macedo Rodovalho¹

Halan Bastos Lima²

RESUMO: A arquitetura nasceu de uma dualidade entre a arte e a técnica, tendo no seu cerne a relação direta com outras disciplinas. O Artigo procura entender a generalidade no ensino de arquitetura e urbanismo e a consequente interdisciplinaridade intrínseca da profissão. Questiona-se assim se os cursos de arquitetura contêm essa necessária integração de temas em seus currículos. Faz-se o estudo de caso das matrizes curriculares da Universidade Estadual de Goiás, visando definir quantitativamente e qualitativamente a interdisciplinaridade desse curso. Analisou-se duas matrizes do mesmo em tempos diferentes, comparando-as e verificando-as, baseando-se em classificações arquitetônicas pré-definidas e nomenclaturas das matérias, se ambas são interdisciplinares ou não, e se há uma evolução ou retração nesse sentido de uma matriz para a outra. A partir da análise concluiu-se a existência de interdisciplinaridade, mas mostrou a não evolução da primeira para a segunda matriz estudada no quesito da interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Arquitetura. Interdisciplinaridade. Currículo.

1 INTRODUÇÃO

Semestralmente, as Instituições de Ensino Superior (IES) entregam ao mercado de trabalho brasileiro, grandes contingentes de profissionais legalmente habilitados a inúmeras profissões. Contudo, somente ao depararem-se com esta realidade imediata à habilitação, tais profissionais, em sua maioria, sentem o choque da discrepância entre o conhecimento adquirido em conteúdo e a realidade da aplicação do mesmo no exercício de sua profissão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL,1996) coloca como dois dos princípios da Educação Nacional, em modo abrangente, “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, e a “vinculação entre a

¹ Arquiteta e Urbanista, sarahfalcantara@gmail.com.

² Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, fisio_halan@hotmail.com.

educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”, diretrizes que vem ao encontro da necessidade de uma formação interdisciplinar que permita ao acadêmico uma maior aproximação da complexidade a ser enfrentada em seu ofício como profissional.

O que é observado em predominância no ensino superior é a pedagogia da instrução seccionada, fragmentada e metódica, em detrimento ao estímulo de produção do conhecimento por parte do aluno, à partir da intersecção entre as disciplinas. Neste panorama, Peleias esclarece:

[...] o atual paradigma de ensino é inviável e ineficaz em todos os níveis, sobretudo no superior. Os atuais currículos transbordam conteúdos informativos em prejuízo aos formativos e fazem com que o estudante saia da graduação com "conhecimentos" já desatualizados, insuficientes para uma ação interativa e responsável na sociedade como profissional ou cidadão. (PELEIAS, 2011, p. 506)

Faz-se necessária, portanto, a discussão acerca da efetiva interdisciplinaridade no ambiente acadêmico a fim de criar ou aprimorar os Projetos Pedagógicos de cada Curso, no sentido de direcionar o aprendizado e a capacidade de articulação do conhecimento adquirido em cada disciplina, dentro de um todo complexo, mutável e flexível, que caracterizam as inúmeras situações em que o profissional em exercício se encontrará.

Em observância a tal deficiência, a presente discussão propõe-se a identificar por meio do estudo comparativo entre diferentes matrizes curriculares do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás (UEG), a existência ou não da interdisciplinaridade.

O estudo pautar-se-á na compreensão do processo hegemônico da formação de Arquitetos no Brasil; na presença, ou ausência da interdisciplinaridade em diferentes matrizes curriculares adotadas pelo mesmo curso de Arquitetura e Urbanismo da UEG; e na colaboração com a construção de uma consciência que reconheça a importância da Interdisciplinaridade na formação de novos arquitetos.

2 O HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO ARQUITETO NO BRASIL

Autor de um dos escritos de maior importância no estabelecimento da profissão do arquiteto e urbanista em sua origem, o tratado *De Architectura*, datado do século I, Vitruvius (1960) preconiza a necessidade de uma formação variada, no

sentido de abranger o conhecimento de inúmeras ciências, e ao mesmo tempo integrada, ao passo em que tais conhecimentos devam ser articulados entre si no exercício da Arquitetura.

Isso se torna evidente na sua afirmação do autor de que, o arquiteto deve ser engenhoso e hábil na aquisição de conhecimento, desenvolvimento como escritor e desenhista, ter domínio da geometria e da ótica, ser conhecedor da história e informado sobre os princípios da filosofia natural e moral. Ressalta ainda, a necessidade da familiaridade com Música, Direito, Medicina e Astronomia.

Tais requisitos, postulados por Vitruvius, fundamentam-se na adequação mútua do projeto arquitetônico em teoria e prática. Segundo ele, essa formação interdisciplinar, permite a fundamentação teórica das formas e funções espaciais adotadas pelo arquiteto, e ainda a capacidade de gerir a execução da obra.

2.1 BASE PORTUGUESA

Os primeiros registros do exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil datam do século XVI, e são caracterizados pelo ensino do ofício da construção, dentro dos colégios jesuítas. É ainda em meados do séc. XVI que consta a chegada do Arquiteto Luís Dias à Colônia, tido como o primeiro arquiteto a atuar no Brasil, vindo de Portugal com formação baseada neste mesmo princípio corporativo, onde o aspirante ingressava no ofício como aprendiz, desempenhando a função de construtor, sob orientação de um mestre, atuando em todo o processo de construção, da concepção ao término da execução. Depois de determinado tempo era avaliado por juizes do ofício, a partir da apresentação de uma obra acabada, sendo denominado por tal avaliação, apto ou não ao título de arquiteto.

Mais tarde, com a intensificação da atividade e produção mercantil no Brasil colônia, a construção civil passou a ser exercida, com maior intensidade, pela engenharia militar, onde o ensino seguia a mesma base de formação mestre-aprendiz já aplicada pelos jesuítas, porém agora os mestres seriam oficiais técnicos em construção civil, trazidos de Portugal e outros países, que por sua vez reproduziam no Brasil o mesmo método de ensino praticado em Portugal. Ensino este formalizado por meio de carta régia, datada do ano de 1699. (INEP, 2010)

Na prática de ensino citada, o mesmo era incorporado ao desempenho da profissão, o que reforçava o caráter didático dos cursos implantados e facilitava a

aplicação das teorias defendidas. O ensino implantado pela engenharia militar portuguesa culminaria, em meados do século XIX, na criação do Instituto Politécnico Brasileiro, que reunia e objetivava o ensino e estudo das engenharias e ciências exatas, e mais tarde levaria seus princípios às bases da fundação da Escola Politécnica, de exímia importância e destaque na estrutura de ensino de Arquitetura no Brasil.(DOMSCHKE, 2007).

2.2 BASE FRANCESA

O fenômeno da Revolução Industrial levou o continente europeu a uma série de mutações sociais e econômicas, caracterizadas por intenso e acelerado processo de urbanização e concentração populacional. A necessidade da reformulação e ampliação espacial urbana, bem como o aprimoramento de seus equipamentos, com vistas a abrigar os novos serviços e a nova demanda, gerou reformulação também no ensino e prática da Arquitetura (BENÉVOLO, 1976)

Desde meados do século XVII, o ensino de Arquitetura, na França, institucionalizava-se em ambiente acadêmico, de base humanista, cujo foco de estudo destacava os edifícios públicos do período absolutista. A Revolução Industrial trouxe consigo a necessidade de formação técnica, conseqüente a isso se concretizou a criação da École Polytechnique, e então a extinção do ensino de arquitetura em Academia. Anos mais tarde, em 1775, o ensino volta a ser incorporado, agora ao curso de pintura e escultura da École des Beaux Arts. (INEP, 2010).

Este processo de fragmentação do ensino, antes praticado pela Academia, em Paris, culminou em duas vertentes do magistério, a Escola Politécnica e a Escola de Belas Artes de Paris. Como consequência houve o distanciamento entre projeto e construção, e conseqüentemente do ensino empírico das atividades práticas de obra, e em obra. A partir dali as técnicas construtivas se concentrariam em outro campo, hoje tido como Engenharia Civil.

A influência do ensino francês chegou ao Brasil em 1816, com a transferência da Corte portuguesa para o Rio Colonial, dentro da chamada Missão Francesa, que consistia na inserção de um grupo de artistas à colônia, cujo objetivo fora o embelezamento da nova sede do reino e a fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, no Brasil. (SCHWARCZ, 2008)

A partir da evolução destas vertentes, firmaram-se no Brasil, duas principais instituições promotoras do ensino de arquitetura, em diferentes bases curriculares. A Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, dentro de um contexto artístico, formava o arquiteto, entre pintores e escultores. A Escola Politécnica, fundada em 1896 em São Paulo, com forte embasamento técnico, formava o engenheiro-arquiteto, num contexto onde arquitetura era tida como um dos desdobramentos das engenharias. (FICHER, 2005)

Fundada em 1920 a primeira universidade do Brasil, Universidade do Rio de Janeiro, reunia a Escola Politécnica, e as Faculdades de Medicina e Direito, ficando excluída a Escola Nacional de Belas Artes, a qual formava o profissional arquiteto no Rio.

O primeiro registro da inclusão do Curso de Arquitetura em instituição acadêmica, no Brasil, portanto, data do ano de 1928, quando foi implantado o Curso de Arquitetura de Belas-Artes, dentro da Academia de Belas-Artes de São Paulo, fundada dois anos antes, e pioneira na formação de arquitetos (e não engenheiros-arquitetos) em São Paulo. (INEP, 2010).

Em Goiás foi criado em 1968 o curso na Universidade Católica de Goiás, tendo no seu quadro de professores importantes artistas plásticos da época. O curso ganhou o reconhecimento nacional em 1979, devido a sua reformulação curricular coordenado pelo professor Edgar Albuquerque Graeff, destaque no ensino de arquitetura do Brasil.

3 CURRÍCULO E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO

Existem várias maneiras de se conceituar currículo, várias linhas de pesquisa e debates acadêmicos os quais discorrem a importância e o significado currículo no ensino. Em sua etimologia, de acordo com Gomes e Vieira (2009) a palavra curriculum é um termo latino que significa circuito atlético. Nesse sentido indica um caminho a ser seguido, de acordo com Sacristán (2000) refere-se à carreira, um percurso com um objetivo a ser atingido.

Do início da utilização da palavra currículo/curriculum até atualmente a ideia da mesma foi-se moldando e atualizando e tornou-se um termo dinâmico e por isso também título de tantos debates sobre o assunto. Temos a caracterização do termo currículo sob várias óticas/enfoques.

De acordo com Sacristán (1998) e outros autores citados por Forquim (1993) como Musgrave e Lawton o termo assume o enfoque cultural, como colaborador e parte da cultura. Já de acordo com Taylor e Richards também citados por Forquim (1993) ele tem o enfoque de condutor de conteúdo, ou seja, o meio pelo qual o conhecimento será passado ao aluno.

Existe ainda uma expressão criada por Jackson, citado por Sacristán e Apple (1982) e também utilizado por Forquim (1999) chamada de currículo oculto, que são as expectativas do aluno, ou seja, o seu currículo mental – criado pelo aluno, baseado em todos os estímulos e conhecimentos a ele transmitidos e que ele acha que deverão/deveriam ser transmitidos.

Tem-se também a caracterização de currículo sob o enfoque de controle social de acordo com Apple (2006), no qual o currículo é um agente segregador, devido ao teor de seus possíveis enfoques e das influências político-sociais sobre ele.

Percebe-se que o termo currículo em sua amplitude de abordagens revela sua importância no ensino superior e como o mesmo deve ser tratado com respeito e o porquê de ele sofrer tantas alterações no decorrer dos cursos e dentro das universidades. Mas apesar de tantos debates, discussões e relevância do assunto, ainda é visível a dificuldade de se formar um currículo interdisciplinar.

No ensino dos cursos de arquitetura e urbanismo não é diferente, em sua tese, Teixeira (2005) avalia diversos cursos de línguas neo-latinas e as alternativas por eles usadas para a integração dos conteúdos. Observa-se que poucos são os cursos que conseguem, em seu currículo, uma integração real ou uma interdisciplinaridade.

O arquiteto é uma profissão generalista e tem de ser capaz de fazer a junção de várias informações filtrá-las e transmiti-las da maneira que lhe foi pedido, seja verbalmente, graficamente, artisticamente. De acordo com o arquiteto Bruno Ferraz, em entrevista concedida a Paulo Markun para o portal Arquitetura e Urbanismo Para Todos do CAU/BR, ele diz:

[...] o arquiteto é talvez o único profissional na cadeia da construção civil que tem essa visão e formação sistêmica, ele é obrigado a conhecer de hidráulica, elétrica, telefone, estrutura, funcionalidade, resistência de materiais. Esse é o profissional capacitado pra fazer com que todas essas informações cheguem a ele, ele condense isso, reproduza isso e transforme isso numa obra arquitetônica. [...] a importância da presença de um

profissional da arquitetura é essa visão sistêmica, diferentemente da engenharia.” (FERRAZ, 2014, sp.)

Dessa maneira, o currículo de um curso de arquitetura e urbanismo deve contemplar a sistematização do conteúdo, o ensino integralizado. Entretanto, segundo Teixeira (2005), o que se encontra na realidade, são cursos organizados através da junção de disciplinas oriundas de outrem onde os professores de cada disciplina “[...] seguem no seu desenvolvimento, a perspectiva, o encadeamento, as sequências, as conveniências e os interesses próprios de sua área de especialização, de origem.” (TEIXEIRA, 2005, p.65)

4 ANÁLISE DE DUAS MATRIZES CURRICULARES DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

A maioria dos cursos no Brasil de arquitetura e urbanismo, conforme a tese de Teixeira (2008), independente de sua organização, são comumente divididos em seis grandes áreas de formação nas quais as disciplinas do curso são agrupadas. Essas grandes áreas são:

- Instrumentação e formação em desenho;
- Tecnologia e sistemas estruturais, construtivos e de instalações;
- Conforto ambiental;
- Teoria, história e crítica da arquitetura e do urbanismo;
- Projeto de arquitetura, paisagismo e urbanismo;
- Planejamento urbano e regional.

Para que haja então uma integração/interdisciplinaridade no curso é necessário “[...] dotar de organicidade os inúmeros estímulos intelectuais que o curso propõe” (SILVA, 2002, p.181), ou seja, o curso necessita de plasticidade em seus arranjos, de permeabilidade de conhecimentos e integração dessas grandes áreas. Isso deve ser explicitado na organização da matriz curricular.

Dessa forma analisou-se a matriz curricular da UEG em dois momentos diferentes, primeiramente a matriz vigente no ano 2000 e posteriormente a matriz vigente a partir do ano de 2008. Ambas foram percebidas de duas maneiras distintas, se existe ou não interdisciplinaridade e posteriormente comparou-se as duas, com o intuito de saber se houve ou não evolução, no item da integração das disciplinas/ensino.

Como método de discernimento entre as matérias do curso e se as mesmas são ou não interdisciplinares e/ou integradoras de conteúdos temas e assuntos, foram utilizados somente o título das matérias apresentadas na matriz. Não pode-se inferir algo pretendido pela matéria que não esteja explicitado em seu título, o conteúdo da matéria “[...] como de discórdia por excelência, mais difícil de ser aclarado, objeto fácil de infinitas posições e disputas” deve permanecer “convenientemente mais suposto que discutido” (TEIXEIRA, 2005, p.22), não sendo então alvo de estudo desse artigo.

Utilizou-se também a análise da nomenclatura das disciplinas baseando na classificação das disciplinas de acordo com as grandes áreas supracitadas. Existem matérias que são comuns a todos os cursos, como metodologia científica entre outras, essas por não terem classificação específica de acordo com as áreas de arquitetura foram classificadas como disciplinas base.

4.1 ANÁLISE DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – ANO 2000

A matriz vigente a partir do ano 2000 foi a inicial do curso de arquitetura e urbanismo da UEG e a utilizada a partir da primeira turma do curso. A mesma não se difere muito do que é encontrado em outros cursos mais tradicionais já existentes no país naquela época e é baseada na segmentação supracitada, ou seja, a divisão nas 6 grandes áreas do conhecimento no estudo da arquitetura e urbanismo.

Devido à análise ter sido baseada somente nos títulos das matérias foram consideradas interdisciplinares as matérias que possuem algum termo e/ou palavra que referencie diretamente a integração de conteúdo, e/ou que apresentaram menção a mais de uma das grandes áreas de conhecimento que estruturam o curso. Dessa maneira segue abaixo o Quadro 1 com as disciplinas e sua classificação.

Quadro 1 – Legenda da Classificação em grandes áreas

LEGENDA DA CLASSIFICAÇÃO EM GRANDES ÁREAS	
Instrumentação e formação em desenho	INSTRUMENTAÇÃO
Tecnologia e sistemas estruturais, construtivos e de instalações	TECNOLOGIA
Conforto ambiental	CONFORTO
Teoria, história e crítica da arquitetura e do urbanismo	TEORIA
Projeto de arquitetura, paisagismo e urbanismo	PROJETO
Planejamento urbano e regional	PLANEJAMENTO
Base no ensino superior (comuns a vários cursos de diferentes áreas)	BASE

Fonte: O Autor (2015)

O quadro 2 apresenta a matriz curricular do ano 2000, sua classificação de acordo com o quadro 1 e a respectiva classificação em interdisciplinar ou não por matéria. Esse currículo segue as diretrizes curriculares gerais de acordo com a Portaria nº 1.770 – MEC, de 21 de dezembro de 1994. Na referida portaria de 1994 não é encontrado nenhum termo ou referência à interdisciplinaridade e/ou integração entre dos conhecimentos mínimos exigidos necessários a formação do arquiteto e urbanista. Mesmo datando do ano de 1994, a mesma está aquém do que deveria ser, pois a caracterização de um profissional interdisciplinar deveria ser contemplada, uma vez que esse conceito foi concebido muito antes dessa data.

Quadro 2 – Matriz Curricular Ano 2000

MATRIZ CURRICULAR ANO 2000 - UEG			
PERÍODO	DISCIPLINA	INTERDISCIPLINAR	CLASSIFICAÇÃO
1	COMUNICAÇÃO VISUAL NA ARQUITETURA E URBANISMO 1	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	DESENHO BÁSICO	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	DESENHO PROJETIVO 1	SIM	INSTRUM/PROJETO
	HISTÓRIA DA ARTE E ESTÉTICA 1	NÃO	TEORIA
	INTRODUÇÃO À ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	MATEMÁTICA BÁSICA	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
2	ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL	NÃO	BASE
	COMUNICAÇÃO VISUAL NA ARQUITETURA E URBANISMO 2	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	DESENHO PROJETIVO 2	SIM	INSTRUM/PROJETO
	HISTÓRIA DA ARTE E ESTÉTICA 2	NÃO	TEORIA
	INTRODUÇÃO À TECNOLOGIA DA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	TECNOLOGIA
	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO 1	NÃO	TEORIA
3	TOPOGRAFIA NA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	DESENHO TÉCNICO NA ARQUITETURA E URBANISMO 1	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	EXPRESSÃO GRÁFICA NA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	PROJETO DE ARQUITETURA 1	NÃO	PROJETO
	PROJETO DE URBANISMO E PAISAGISMO 1	NÃO	PROJETO
	SISTEMAS CONSTRUTIVOS NA ARQUITETURA E URBANISMO 1	NÃO	TECNOLOGIA
4	SISTEMAS ESTRUTURAIS NA ARQUITETURA E URBANISMO 1	NÃO	TECNOLOGIA
	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO 2	NÃO	TEORIA
	DESENHO TÉCNICO NA ARQUITETURA E URBANISMO 2	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	MAQUETE NA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	PROJETO DE ARQUITETURA 2	NÃO	PROJETO
	PROJETO DE URBANISMO E PAISAGISMO 2	NÃO	PROJETO
5	SISTEMAS CONSTRUTIVOS NA ARQUITETURA E URBANISMO 2	NÃO	TECNOLOGIA
	SISTEMAS ESTRUTURAIS NA ARQUITETURA E URBANISMO 2	NÃO	TECNOLOGIA
	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO 3	NÃO	TEORIA
	CONFORTO LUMÍNICO E ACÚSTICO NA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	CONFORTO
	CONFORTO TÉRMICO NA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	CONFORTO
	ESTUDOS POLÍTICO-ECONÔMICOS E SÓCIO-CULTURAIS	NÃO	BASE
6	INFORMÁTICA NA ARQUITETURA E URBANISMO 1	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	PROJETO INTEGRADO DE URBANISMO, PAISAGISMO E ARQUITETURA 1	SIM	PROJETO
	SISTEMAS ESTRUTURAIS NA ARQUITETURA E URBANISMO 3	NÃO	TECNOLOGIA
	TEORIA E HISTÓRIA NA ARQUITETURA E URBANISMO 4	NÃO	TEORIA
	INFORMÁTICA NA ARQUITETURA E URBANISMO 2	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	PLANEJAMENTO DE ARQUITETURA E PAISAGISMO 1	NÃO	PROJETO
6	PLANEJAMENTO REGIONAL, MUNICIPAL E URBANO 1	NÃO	PLANEJAMENTO
	SISTEMAS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E MECÂNICOS NA ARQ. E URB. 1	NÃO	TECNOLOGIA
	SISTEMAS ESTRUTURAIS NA ARQUITETURA E URBANISMO 4	NÃO	TECNOLOGIA
	SISTEMAS HIDRO-SANITÁRIOS NA ARQUITETURA E URBANISMO 1	NÃO	TECNOLOGIA
	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO 5	NÃO	TEORIA

Fonte: O Autor (2015)

Quadro 2 – Matriz Curricular Ano 2000

CONTINUAÇÃO - MATRIZ CURRICULAR ANO 2000 - UEG			
PERÍODO	DISCIPLINA	INTERDISCIPLINAR	CLASSIFICAÇÃO
7	ESTUDOS, PLANEJAMENTO E PROJETOS AMBIENTAIS	SIM	PLANEJAMENTO/PROJETO
	PLANEJAMENTO DE ARQUITETURA E PAISAGISMO 2	NÃO	PROJETO
	PLANEJAMENTO REGIONAL, MUNICIPAL E URBANO 2	NÃO	PLANEJAMENTO
	SISTEMAS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E MECÂNICOS NA ARQ. E URB. 2	NÃO	TECNOLOGIA
	SISTEMAS HIDRO-SANITÁRIOS NA ARQUITETURA E URBANISMO 2	NÃO	TECNOLOGIA
8	TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO 6	NÃO	TEORIA
	PLANEJAMENTO DE OBRAS DE ARQUITETURA	NÃO	PROJETO
	PLANEJAMENTO DE OBRAS URBANAS	NÃO	PLANEJAMENTO
	PROJETO INTEGRADO DE URBANISMO, PAISAGISMO E ARQUITETURA 2	SIM	PROJETO
	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS NA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	TEORIA
	TEORIAS DA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	TEORIA
9	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE TEORIA E HISTÓRIA 1	NÃO	TEORIA
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE TECNOLOGIA	NÃO	TECNOLOGIA
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE TEORIA E HISTÓRIA 2	NÃO	TEORIA
10	TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO 1	NÃO	BASE
	LEGISLAÇÃO, ÉTICA E PRÁTICA PROFISSIONAL	NÃO	BASE
	TÓPICOS DE TECNOLOGIA DA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	TECNOLOGIA
	TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO 2	NÃO	BASE
TOTAL DE DISCIPLINAS REGULARES NO CURSO			54
TOTAL DE MATÉRIAS COM INTERDISCIPLINARIDADE			4
MATRIZ CURRICULAR ANO 2000 - UEG			
	OPTATIVAS	INTERDISCIPLINAR	CLASSIFICAÇÃO
PODEM SER CURSADAS A PARTIR DO 5º PERÍODO	ARQUITETURA DE INTERIORES 1	NÃO	TEORIA
	ARQUITETURA DE INTERIORES 2	NÃO	TEORIA
	ARQUITETURA E URBANISMO NA AMÉRICA LATINA	NÃO	TEORIA
	ARTE CONTEMPORÂNEA	NÃO	TEORIA
	CINEMA, ARQUITETURA E FILOSOFIA	NÃO	TEORIA
	CIRCULAÇÃO E TRANSPORTE URBANO 1	NÃO	TEORIA
	COMUNICAÇÃO VISUAL NA ARQUITETURA	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	CONCRETOS ESPECIAIS	NÃO	TECNOLOGIA
	DESENHO URBANO 1	SIM	INST/PROJETO/PLANEJ
	DESENHO URBANO 2	SIM	INST/PROJETO/PLANEJ
	EMPREENDEDORISMO	NÃO	BASE
	ESTÉTICA	NÃO	BASE
	ESTRUTURA DE CONCRETO NA ARQUITETURA	NÃO	TECNOLOGIA
	ESTRUTURA METÁLICA NA ARQUITETURA	NÃO	TECNOLOGIA
	ESTUDO E INTERVENÇÃO NA CIDADE INFORMAL	SIM	PROJETO/PLANEJAMENTO
	EVOLUÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO NO BRASIL	NÃO	TEORIA
	FOTOGRAFIA E VÍDEO	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	INTERVENÇÕES EM RESÍDUOS URBANOS	NÃO	PROJETO
	LANÇAMENTOS DE ESTRUTURAS PARA ARQUITETOS	NÃO	TECNOLOGIA
	LINGUAGEM URBANA	NÃO	TEORIA
	MAQUETE DETALHADA	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	MAQUETES	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	MODELAGEM ELETRÔNICA NA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	MULTIMEIOS NA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	Ocupação Territorial e Desenvolvimento Urbano Brasileiro	NÃO	TEORIA
	PAISAGISMO	NÃO	PROJETO
	PERSPECTIVA NA ARQUITETURA E URBANISMO	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	PRÁTICAS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	NÃO	PLANEJAMENTO
	PROJETO DE EDIFICAÇÃO 1	NÃO	PROJETO
	PROJETO DE EDIFICAÇÃO 2	NÃO	PROJETO
PROJETO DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	NÃO	PROJETO	
PROJETO EXECUTIVO	NÃO	PROJETO	
PROJETO EXPERIMENTAL	NÃO	PROJETO	

Fonte: O Autor (2015)

Quadro 2 – Continuação Matriz Curricular Ano 2000

CONTINUAÇÃO - MATRIZ CURRICULAR ANO 2000 - UEG				
		OPTATIVAS	INTERDISCIPLINAR	CLASSIFICAÇÃO
CURSADAS A PARTIR DO 5º PERÍODO		SEMIÓTICA APLICADA À ARQUITETURA	NÃO	TEORIA
		SISTEMAS CONSTRUTIVOS ALTERNATIVOS 1	NÃO	TECNOLOGIA
		SISTEMAS CONSTRUTIVOS PRÉ-FABRICADOS E INDUSTRIALIZADOS	NÃO	TECNOLOGIA
		SUSTENTABILIDADE URBANA	NÃO	TEORIA
		TECNOLOGIA DE OBRAS EMBLEMÁTICAS	NÃO	TECNOLOGIA
		TÓPICOS ESPECIAIS EM TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA	NÃO	TEORIA
		URBANISMO EXPERIMENTAL	SIM	PROJETO/PLANEJAMENTO
			TOTAL DE DISCIPLINAS OPTATIVAS NO CURSO	
		TOTAL DE MATÉRIAS OPTATIVAS COM INTERDISCIPLINARIDADE		4
		TOTAL DE DISCIPLINAS REGULARES E OPTATIVAS NO CURSO		90
		TOTAL DE DISCIPLINAS REGULARES E OPTATIVAS COM INTERDISCIPLINARIDADE		9
		TOTAL DE DISCIPLINAS NO CURSO ANO 2000		99

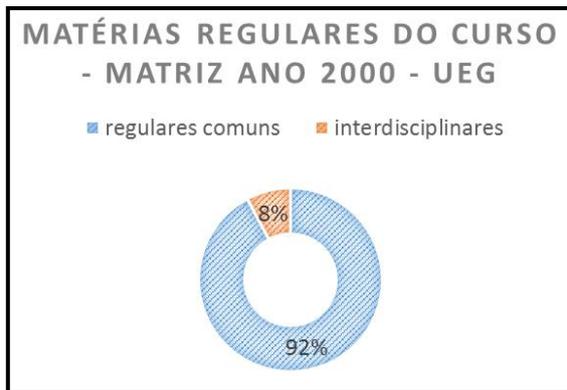
Fonte: O Autor (2015)

O Quadro 2 apresenta a matriz curricular do ano 2000. Este segue as diretrizes curriculares gerais de acordo com a Portaria nº 1.770 – MEC, de 21 de dezembro de 1994. Na referida portaria de 1994 não é encontrado nenhum termo ou referência à interdisciplinaridade e/ou integração entre dos conhecimentos mínimos exigidos necessários a formação do arquiteto e urbanista. Mesmo datando do ano de 1994, a mesma está aquém do que deveria ser, pois a caracterização de um profissional interdisciplinar deveria ser contemplada, uma vez que esse conceito foi concebido muito antes dessa data.

Há vários séculos Vitruvius afirmava que embora um arquiteto precisasse conhecer cada uma das ciências, não necessitava ser um especialista nelas, mas integrá-las na produção arquitetônica. Em 1991, Zabala já afirmou serem necessários três tipos de conteúdo na formação acadêmica: o saber, o saber fazer e o ser (apud CAVALCANTE, VELOSO, 2013, p.03) onde explicita a necessidade de o processo de aprendizagem integrar os três tipos em um todo coeso.

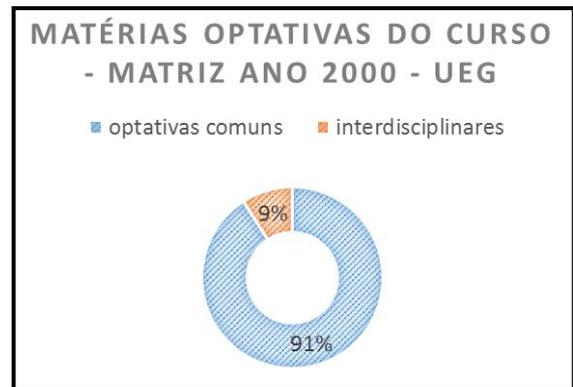
De acordo com o currículo da UEG de 2000, pode-se perceber que pelos critérios adotados, existem 5 de 59 matérias regulares de toda a duração do curso que são interdisciplinares, resultando em 8% do total. Analisando as matérias optativas disponíveis nesse mesmo currículo, encontrou-se 4 interdisciplinares de 40 matérias existentes, tendo então 9% de matérias integradoras como pode ser notado através dos Gráficos 1 e 2, mostrados abaixo.

Gráfico 1 – Matérias Regulares do Curso –
– Matriz Ano 2000 – UEG



Fonte: O Autor (2015)

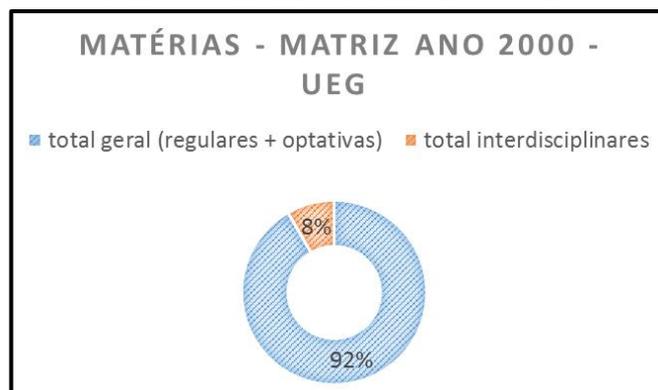
Gráfico 2 – Matérias Regulares do Curso
Matriz Ano 2000 – UEG



Fonte: O Autor (2015)

Analisando de forma geral, todas as matérias disponibilizadas no currículo de 2000 (regulares e optativas) do total de 99 disponibilizadas, 9 foram classificadas como interdisciplinares, conforme mostrado no Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 – Matriz Geral Ano 2000 - UEG



Fonte: O Autor (2015)

Através da análise das matérias classificadas como integradoras, tem-se 2 que possuem algum termo que indica a integração - Projeto integrado de urbanismo, paisagismo e arquitetura 1 e 2 e as demais matérias enquadram-se em duas grandes áreas de acordo com os critérios adotados por Teixeira, 2008.

4.2 ANÁLISE DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – ANO 2008

A matriz vigente a partir do ano 2008, mostrada na Quadro 3, continua sendo baseada na segmentação já citada em 6 grandes áreas do conhecimento no estudo da arquitetura e urbanismo. Esse currículo contempla as alterações feitas a

partir de 2005, na reformulação das diretrizes curriculares nacionais do curso de arquitetura e urbanismo, no qual há a declaração da necessidade da formação de um profissional generalista.

Mantiveram-se os mesmos critérios utilizados para a análise da matriz do ano 2000, mostrada na Quadro 2, e foi utilizada a mesma classificação em grandes áreas conforme mostrado no Quadro 1 supracitado. Abaixo se tem o Quadro 3 com a análise da matriz curricular do ano de 2008, com as classificações das matérias.

Quadro 3 – Matriz Curricular Ano 2008

MATRIZ CURRICULAR ANO 2008 - UEG			
PERÍODO	DISCIPLINA	INTERDISCIPLINAR	CLASSIFICAÇÃO
1	DESENHO LIVRE 1	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	DESENHO TÉCNICO 1	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	INTRODUÇÃO À ARQUITETURA	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS CIDADES	NÃO	PLANEJAMENTO
	INTRODUÇÃO AO PROJETO DE ARQUITETURA	NÃO	PROJETO
	INTRODUÇÃO À TECNOLOGIA	NÃO	TECNOLOGIA
2	DESENHO LIVRE 2	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	DESENHO TÉCNICO 2	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	ESTUDOS URBANOS 1	NÃO	PLANEJAMENTO
	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE 1	NÃO	TEORIA
	PROJETO DE ARQUITETURA 1	NÃO	PROJETO
	SISTEMAS CONSTRUTIVOS 1	NÃO	TECNOLOGIA
3	COMPUTAÇÃO GRÁFICA 1	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	ESTUDOS URBANOS 2	NÃO	PLANEJAMENTO
	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE 2	NÃO	TEORIA
	MAQUETE	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	PROJETO DE ARQUITETURA 2	NÃO	PROJETO
	SISTEMAS CONSTRUTIVOS 2	NÃO	TECNOLOGIA
	SISTEMAS ESTRUTURAIS 1	NÃO	TECNOLOGIA
4	ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA	NÃO	TEORIA
	COMPUTAÇÃO GRÁFICA 2	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	CONFORTO DOS AMBIENTES 1	NÃO	CONFORTO
	ESTUDOS URBANOS 3	NÃO	PLANEJAMENTO
	PROJETO DE ARQUITETURA 3	NÃO	PROJETO
	SISTEMAS ESTRUTURAIS 2	NÃO	TECNOLOGIA
	TEORIAS DE PROJETO 1	SIM	TEORIA/PROJETO
5	COMPUTAÇÃO GRÁFICA 3	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	CONFORTO DOS AMBIENTES 2	NÃO	CONFORTO
	HISTÓRIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA 1	NÃO	TEORIA
	OPTATIVA TEÓRICA 1	NÃO	TEORIA
	PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO	NÃO	TEORIA
	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	NÃO	PLANEJAMENTO
	PROJETO DE ARQUITETURA 4	NÃO	PROJETO

Fonte: O Autor (2015)

Quadro 3 – Continuação Matriz Curricular Ano 2008

MATRIZ CURRICULAR ANO 2008 - UEG			
PERÍODO	DISCIPLINA	INTERDISCIPLINAR	CLASSIFICAÇÃO
6	HISTÓRIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA 2	NÃO	TEORIA
	LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL	NÃO	BASE
	OPTATIVA TEÓRICA 2	NÃO	TEORIA
	PLANEJAMENTO MUNICIPAL	NÃO	PLANEJAMENTO
	PROJETO DE ARQUITETURA 5	NÃO	PROJETO
	SISTEMAS CONSTRUTIVOS 3	NÃO	TECNOLOGIA
	SISTEMAS ESTRUTURAIS 3	NÃO	TECNOLOGIA
7	OPTATIVA TEÓRICA 3	NÃO	TEORIA
	PROJETO DE ARQUITETURA 6	NÃO	PROJETO
	PROJETO URBANO	NÃO	PROJETO
	SISTEMAS ELÉTRICOS 1	NÃO	TECNOLOGIA
	SISTEMAS HIDROSANITÁRIOS 1	NÃO	TECNOLOGIA
	TEORIAS DE PROJETO 2	SIM	TEORIA/PROJETO
8	ENSAIO TEÓRICO	NÃO	TEORIA
	ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO DE OBRAS	SIM	PROJETO/PLANEJAMENTO
	PROJETO DO ESPAÇO PÚBLICO	NÃO	PROJETO
	PROJETO INTEGRADO DE ARQUITETURA E URBANISMO	SIM	PROJETO
	SISTEMAS ELÉTRICOS 2	NÃO	TECNOLOGIA
	SISTEMAS HIDROSANITÁRIOS 2	NÃO	TECNOLOGIA
9	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	NÃO	BASE
	TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO 1	NÃO	BASE
10	TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO 2	NÃO	BASE
TOTAL DE DISCIPLINAS REGULARES NO CURSO			55
TOTAL DE MATÉRIAS COM INTERDISCIPLINARIDADE			4
MATRIZ CURRICULAR ANO 2008 - UEG			
	OPTATIVAS	INTERDISCIPLINAR	CLASSIFICAÇÃO
PODEM SER CURSADAS A PARTIR DO 5º PERÍODO	ARQUITETURA DE INTERIORES 1	NÃO	TEORIA
	ARQUITETURA DE INTERIORES 2	NÃO	TEORIA
	ARQUITETURA E URBANISMO NA AMÉRICA LATINA	NÃO	TEORIA
	ARQUITETURA SUSTENTÁVEL	NÃO	TEORIA
	ARTE CONTEMPORÂNEA	NÃO	TEORIA
	CINEMA, ARQUITETURA E FILOSOFIA	NÃO	TEORIA
	COMUNICAÇÃO VISUAL NA ARQUITETURA	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	CONCRETOS ESPECIAIS	NÃO	TECNOLOGIA
	EMPREENDEDORISMO	NÃO	BASE
	ESTÉTICA	NÃO	BASE
	ESTUDO E INTERVENÇÃO NA CIDADE INFORMAL	SIM	PROJETO/PLANEJAMENTO
	EVOLUÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO NO BRASIL	NÃO	TEORIA
	FOTOGRAFIA E VÍDEO	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	INTERVENÇÕES EM RESÍDUOS URBANOS	NÃO	PROJETO
	LANÇAMENTOS DE ESTRUTURAS PARA ARQUITETO	NÃO	TECNOLOGIA
	LINGUAGEM URBANA	NÃO	TEORIA
	MAQUETE DETALHADA	NÃO	INSTRUMENTAÇÃO
	MATEMÁTICA-BÁSICA	NÃO	BASE
	OCUPAÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO	NÃO	TEORIA
	PAISAGISMO	NÃO	PROJETO
	PRÁTICAS DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	NÃO	PLANEJAMENTO
	PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	NÃO	PROJETO
	PROJETO EXECUTIVO	NÃO	PROJETO
	PROJETO EXPERIMENTAL	NÃO	PROJETO
	SEMIÓTICA APLICA À ARQUITETURA	NÃO	TEORIA
	SUSTENTABILIDADE URBANA	NÃO	TEORIA
	TECNOLOGIA DE OBRAS EMBLEMÁTICAS	NÃO	TECNOLOGIA
TÓPICOS ESPECIAIS EM TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA	NÃO	TEORIA	
URBANISMO EXPERIMENTAL	SIM	PROJETO/PLANEJAMENTO	
TOTAL DE DISCIPLINAS OPTATIVAS NO CURSO			29
TOTAL DE MATÉRIAS OPTATIVAS COM INTERDISCIPLINARIDADE			2

Fonte: O Autor (2015)

Quadro 3 – Continuação Matriz Curricular Ano 2008

TOTAL DE DISCIPLINAS REGULARES E OPTATIVAS NO CURSO	78
TOTAL DE DISCIPLINAS REGULARES E OPTATIVAS COM INTERDISCIPLINARIDADE	6
TOTAL DE DISCIPLINAS NO CURSO ANO 2008	84

Fonte: O Autor (2015)

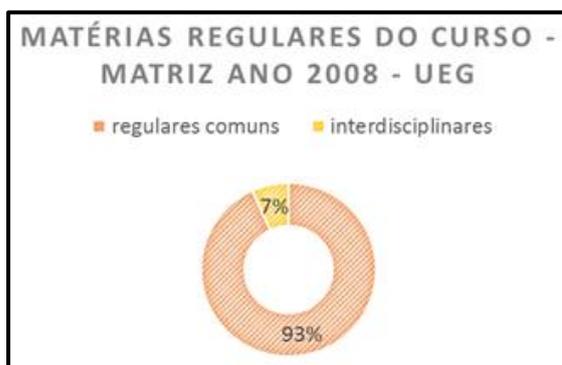
De acordo com as diretrizes de 2005 os conteúdos curriculares devem buscar

[...] desenvolver competências e habilidades nos alunos e procurar formação de profissionais generalistas, aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis. (BRASIL, 2005, s.p.)

Observando as alterações curriculares, percebeu-se que mudaram os nomes de várias disciplinas, algumas delas transitaram no decorrer do curso mudando o período em que são ministradas e houve a supressão de algumas matérias. Encontrou-se um cenário em relação ao âmbito interdisciplinar, menos coeso com a proposta das diretrizes do Ministério da Educação de 2005, que a matriz do ano 2000.

Pelos critérios adotados, existem 4 de 55 matérias regulares de toda a duração do curso que são interdisciplinares, resultando em 7% do total. Analisando as matérias optativas existem 2 de 29 matérias interdisciplinares, resultando em 6% do total das matérias optativas, conforme mostrado nos Gráficos 4 e 5 abaixo.

Gráfico 4 – Matérias Regulares do Curso –
Matriz Ano 2008 – UEG



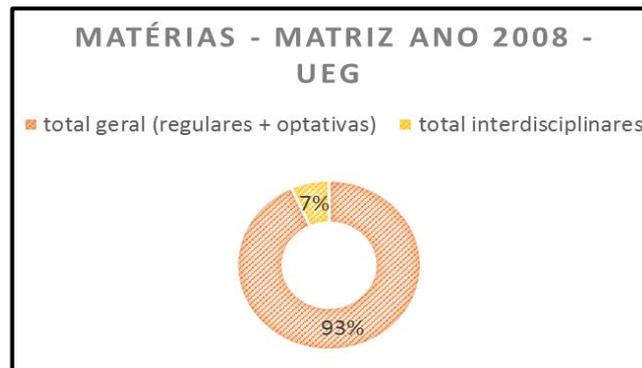
Fonte: O Autor (2015)

Gráfico 5 – Matérias Regulares do Curso –
Matriz Ano 2008 – UEG



Fonte: O Autor (2015)

Analisando o quadro geral de todas as matérias disponibilizadas no currículo de 2008 (regulares e optativas) percebe-se que do total 84 disponibilizadas, 6 foram classificadas como interdisciplinar, conforme mostrado no Gráfico 6 abaixo:

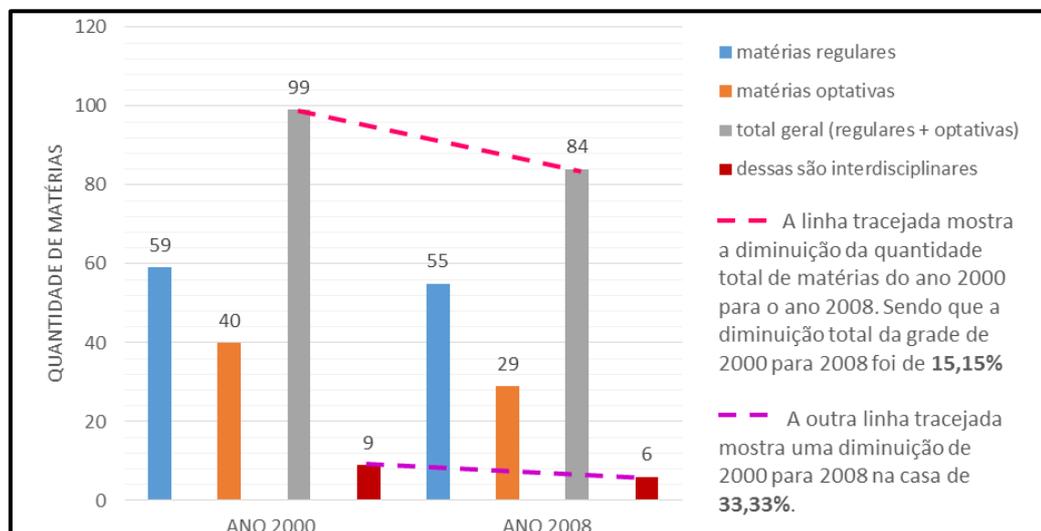
Gráfico 6 – Matriz Geral Ano 2008 - UEG

Fonte: O Autor (2015)

Observando as matérias classificadas como integradoras, temos 1 que possui um termo que indica a integração – Projeto integrado de arquitetura e urbanismo. As demais se enquadram em duas ou mais grandes áreas de acordo com os critérios adotados por Teixeira, 2008.

4.3 COMPARAÇÃO DAS MATRIZES CURRICULARES DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – UEG (ANO 2000 E 2008)

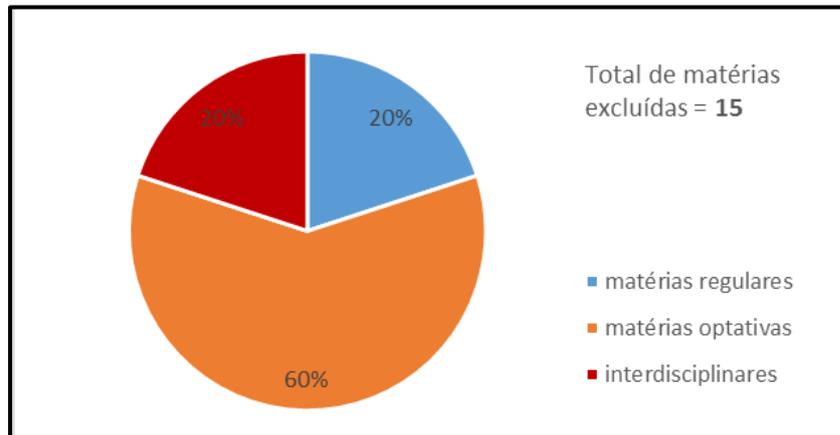
Comparando as duas matrizes numericamente, pode-se perceber que o número de disciplinas do ano 2000 para o ano 2008 diminuiu, mostrando que o número total de matérias caiu 15,15%. As disciplinas chamadas de integradoras ou interdisciplinares também diminuíram apresentando uma redução de 33,33% do ano 2000 para 2008. Essas informações podem ser percebidas no Gráfico 7 abaixo que demonstram as diferenças de todos os tipos de disciplinas entre os anos das matrizes analisadas.

Gráfico 7 – Comparativo quantitativo das matrizes do ano 2000 e 2008 - UEG

Fonte: O Autor (2015)

Todas as tipologias de disciplinas decresceram com a alteração da matriz. O total de decréscimo foi de 15 matérias às quais se subdividem conforme mostrado no Gráfico 8, explicitando a classificação de cada matéria excluída.

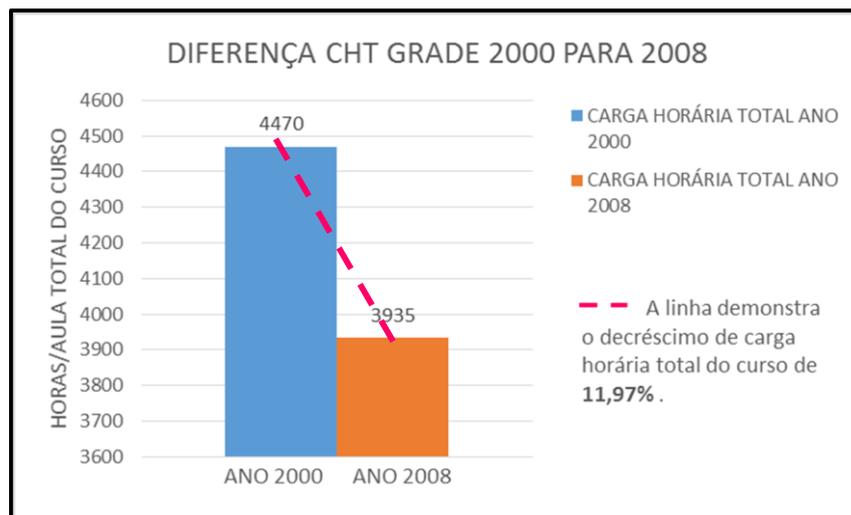
Gráfico 8 – Classificação das Matérias excluídas da matriz do Ano 2000 para o Ano 2008 - UEG



Fonte: O Autor (2015)

Das matérias excluídas 20% são regulares (da matriz obrigatória do curso), 20% interdisciplinares e 60% dessas são optativas. Essa diminuição quantitativa fica evidente a queda da carga horária total do curso, o que de fato, ocorre, conforme é evidenciado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Diferença de Carga Horária Total da matriz do Ano 2000 para o Ano 2008 - UEG



Fonte: O Autor (2015)

A carga horária total da matriz curricular do ano 2000 é de 4.470 horas/aula incluindo as 4 matérias optativas que são necessárias para a integralização do

curso. Já na matriz de 2008 tem-se 3.935 horas/aula incluindo 3 matérias optativas e o estágio obrigatório (não obrigatório na matriz anterior) na contabilização das horas.

É notável que a duração do curso diminuiu, cerca de 11,97% em relação a matriz anterior. Não só a quantidade de horas deixa claro que a quantidade de conteúdo oferecida é menor, como também a inclusão do estágio na matriz, que possui 360 horas, ou seja, temos 360 horas a menos em aulas teóricas ministradas do que na matriz anterior. Essas 360 horas ocupam o lugar de 6 disciplinas teóricas de 60 horas.

Ao juntar as 4 matérias da matriz obrigatória que foram excluídas e as 6 disciplinas que foram substituídas pelo estágio obrigatório, temos ao todo 10 matérias a menos na matriz de 2008, com a alteração da matriz. Isso sem falar na disponibilidade de matérias optativas que também decresceu. Essas informações corroboram com as demais, que menos conhecimento está sendo disponibilizado para os alunos com a nova matriz. O estágio obrigatório é importante, uma vez que alia teoria à prática, mas o mesmo não deve ser incluído em detrimento da diminuição quantitativa de disciplinas teóricas e deve ser supervisionado para assegurar a integração dos conhecimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises quanti-qualitativas realizadas no estudo, ou seja, a caracterização das disciplinas que apresentaram ou não interdisciplinaridade e sua posterior quantificação; juntamente com as normativas (conforme as diretrizes curriculares Brasileiras exigidas na formação do arquiteto em relação à interdisciplinaridade) tem-se aos seguintes resultados:

- Interdisciplinaridade em relação à análise Qualitativo-Quantitativa – Positivo – os dados mostram que existem disciplinas interdisciplinares nas duas matrizes estudadas.
- Interdisciplinaridade em relação às diretrizes curriculares Brasileiras – Positivo – uma vez que as diretrizes não quantificam um limite mínimo de disciplinas interdisciplinares para que algum curso possa ser considerado interdisciplinar ou não.

Portanto, o curso de Arquitetura e Urbanismo da UEG pode ser considerado interdisciplinar. Porém, o estudo salienta que essa interdisciplinaridade é baixa em

termos quantitativos, quando analisada em relação à carga horária total do curso, aliada à necessidade prática profissional, conforme citado por Marcelo Ferraz (2014). O estudo demonstra a importância do currículo interdisciplinar na formação do arquiteto e traz à tona a realidade do praticado na UEG, explicitando a necessidade de melhora no ensino superior do arquiteto e no debate da formação dos novos profissionais da área.

O estudo demonstrou que não houve evolução interdisciplinar da matriz curricular do ano 2000 para a matriz curricular do ano de 2008 numericamente, pois a quantidade de matérias interdisciplinares diminuiu da matriz do ano 2000 para a do ano 2008.

ABSTRACT

The architecture was born of a duality between art and technology, having at its heart the direct relationship with other disciplines. The article seeks to understand the majority in the teaching of architecture and urbanism and the consequent intrinsic interdisciplinarity of the profession. Expressed doubt that the architecture courses contain this necessary integration issues in their curricula. It makes the case study of curriculum headquarters of the State University of Goiás, in order to define quantitatively and qualitatively interdisciplinarity of this course. We analyzed two arrays of the same at different times, comparing them and checking them, based on predefined architectural classifications and nomenclatures of their contents, if both are interdisciplinary or not, and if there is an increase or decrease in this sense an array to another. From the analysis it was concluded that there is interdisciplinary, but showed no evolution from the first to the second matrix studied in the question of interdisciplinarity.

REFERÊNCIAS

ABEA - Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura. **Caderno 19: Implantação dos Currículos e Trabalho Final de Graduação – Contribuições**. Florianópolis: ABEA, 1997.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARGAN, G. C. A História na Metodologia do Projeto. **Revista Caramelo**, São Paulo, nº6, p. 156-170, 1993.

- ARTIGAS, J. B. V. Contribuição para o Relatório sobre Ensino de Arquitetura UIA-UNESCO, 1974. In: **ABEA, Sobre a História do Ensino de Arquitetura no Brasil**. São Paulo: ABEA, 1978.
- BAER, W. O início do desenvolvimento industrial. In: BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.
- BENÉVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu: **Sociologia**. São Paulo: Atica, 1983.
- BOURDIEU, P. **Escritas de Educação**. Petrópolis : Vozes, 1998.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da união**. Brasília: CES, 2005.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação e do Desporto. **Diário Oficial da união**. Brasília, 1996.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. **Relatório semestral 1/93** / Secretaria de Educação Superior. Brasília: CEAU, 1993.
- COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Condições & Diretrizes**. Brasília: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto – SESu/MEC, 1994.
- CUNHA, M. I. da. Aportes teóricos e reflexões da prática: a emergente configuração dos currículos universitários. In: MASETTO, M. (Org.) **Docência na Universidade**. Campinas: Papirus, 1998.
- DOMSCHKE, Vera Lúcia. **O ensino da arquitetura e a construção da modernidade**. São Paulo, 2007.
- FICHER, S. Profissão de arquiteto e ensino de Arquitetura: mitos e perspectivas. Pós – **Revista do Programa de Pós-Graduação**. São Paulo, 1996.
- FERRAZ, Bruno. Entrevista para o portal Arquitetura para Todos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xzyS2hpOm0c>>. CAU/BR, 2014. Acesso em: 10 jul. 2014
- GOMES, Ângela de Castro Correia; VIEIRA, Leociléa Aparecida. **O currículo como instrumento central do processo educativo: uma reflexão etimológica e conceitual**. Paraná: IX Congresso Nacional de Educação, 2009.
- GRAEFF, E. A. **Arte e Técnica na Formação do Arquiteto**. São Paulo: Nobel; Fundação Vilanova Artigas, 1995.
- INEP. Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia/ Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Volume X Arquitetura e Urbanismo** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010.

NOGUEIRA, M. A. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 91 p.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Interdisciplinaridade no Ensino Superior: análise da percepção de professores de Controladoria em cursos de Ciências Contábeis na cidade de São Paulo. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v.16, n. 3, p. 499-532, Novembro, 2011.

SACRISTÁN, J. G. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? In: _____; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998. x p.

SANTOS JÚNIOR, W. R. dos. **O Currículo Mínimo no Ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: 1969 - 1994**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo: 2001.

SANTOMÉ, J. T. **Currículum oculto**. Porto: Porto Editora, 1995.

SCHWARCZ, L.M. **Osol do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, E. Sobre a Renovação do Conceito de Projeto Arquitetônico e sua Didática. In: _____. **Projeto Arquitetônico: Disciplina em Crise, Disciplina em Renovação**. São Paulo: Projeto, 1986.

_____. **Uma Introdução ao Projeto Arquitetônico**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRJ, 1998.

_____. **Caderno 23**: XVIII Encontro Nacional Sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo – ENSEA / XXIV Conselho Superior da ABEA – COSU. Projeto Político Pedagógico. Belo Horizonte: ABEA, 2002. p.173-182.

TEIXEIRA, K. A. **A arquitetura moderna no Brasil e a educação do arquiteto**. Dissertação (Mestrado em Educação: Supervisão e Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. São Paulo, Brasil. Disponível em: <www.usp.br/fau>. Acesso em: 28 jun. 2014.

_____. FAU Pensa a Graduação 2000 e 2001. São Paulo, Brasil. Disponível em: <www.usp.br/fau/depprojeto>. Acesso em: 28 jun. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Goiás, Brasil. Disponível em: <www.ueg.br>. Acesso em: 28 jun. 2014.

VIDIGAL, E. J. **Um estudo sobre o Ensino de projeto de arquitetura em Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2004.

VITRUVIUS, M. P. **The ten books on architecture**. Tradução de: M. Morgan. New York: Dover, 1960.

APÊNDICE A – Autorização para divulgação do nome da Instituição estudada

DECLARAÇÃO

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UnUCET, representada neste documento pelo Sr. Olacir Alves Araújo, diretor da CCET e a coordenadora do CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO, representada neste documento pelo Sra. Ludmila Rodrigues de Moraes, autorizam a divulgação de informações e dados coletados em relação a grade curricular do curso de arquitetura e urbanismo da UEG, na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **REALIDADE OU DESEJO: A INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UEG DE ANÁPOLIS-GO**, realizado pelas alunas Camila Camargo Borges e Sarah Faria Alcântara Macedo Rodvalho, do Curso de Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis, com objetivos de publicação e/ou divulgação em veículos acadêmicos.

Anápolis, 04 de Setembro de 2015.

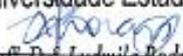
Universidade Estadual de Goiás


Dr. Olacir Alves Araújo
Diretor da UnUCET

Diretor da UnUCET

UEG

Universidade Estadual de Goiás


Prof. Dr. Ludmila Rodrigues de Moraes
Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo

UEG

ANEXO A – Portaria N°1.770 – MEC, de 21 de Dezembro de 1994

Diretrizes Curriculares Gerais

O **MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º da Medida Provisória n.º 765, de 16 de dezembro de 1994, e considerando as recomendações dos Seminários Regionais e Nacional dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, e da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Educação Superior deste Ministério, resolve:

Art. 1º - Fixar as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Art. 2º - O conteúdo mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo divide-se em três partes interdependentes:

I) **Matérias de Fundamentação**, constituindo-se em conhecimentos fundamentais e integrativos de áreas correlatas;

II) **Matérias Profissionais**, constituindo-se em conhecimentos que caracterizam as atribuições e responsabilidades profissionais;

III) **Trabalho Final de Graduação**.

Parágrafo único - As áreas de estudo correspondentes às matérias de fundamentação e às matérias profissionais não guardam entre si qualquer exigência de precedência.

Art. 3º - São matérias de Fundamentação:

- Estética, História das Artes.
- Estudos Sociais e Ambientais.
- Desenho.

§ 1º - O estudo de Estética está em conexão com o da História das Artes e dará ênfase às manifestações ocorridas no Brasil.

§ 2º - Os Estudos Sociais e Ambientais objetivam analisar o desenvolvimento econômico, social e político do País, nos aspectos vinculados à Arquitetura e Urbanismo, e despertar a atenção crítica para as questões ambientais.

§ 3º - O estudo do Desenho abrange, além das geometrias e suas aplicações, todas as modalidades expressivas como modelagem, plástica e outros meios de expressão e representação.

Art. 4º - São Matérias Profissionais:

- História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo.
- Técnicas Retrospectivas.
- Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo.
- Tecnologia da Construção .
- Sistemas Estruturais.
- Conforto Ambiental.
- Topografia.
- Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo.
- Planejamento Urbano e Regional.

§ 1º - O estudo da História e da Teoria da Arquitetura e Urbanismo envolve o contexto histórico da produção da arquitetura e do urbanismo, abrangendo os aspectos de fundamentação conceitual e metodológica.

§ 2º - O estudo das Técnicas Retrospectivas inclui a conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos.

§ 3º - O Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo constitui a atividade criadora, referente à arquitetura das habitações e edifícios em geral, bem como a projetos de objetos, paisagens, cidades e regiões. Os temas abordarão problemas de maior interesse social, mediante atenção crítica às necessidades sociais.

§ 4º - Na Tecnologia da Construção incluem-se os estudos relativos aos materiais e técnicas construtivas, instalações e equipamentos prediais e a infra-estrutura urbana.

§ 5º - Os Sistemas Estruturais consideram, além do que lhe é peculiar, o estudo da resistência dos materiais, estabilidade das construções e do projeto estrutural, utilizando o instrumental da matemática e da física.

§ 6º - Em Conforto Ambiental está compreendido o estudo das condições térmicas, acústicas, lumínicas e energéticas e os fenômenos físicos a elas associados, como um dos condicionantes da forma e da organização do espaço.

§ 7º - A matéria Topografia consiste no estudo da topografia propriamente dita, com o uso de recursos de aerofotogrametria, topologia e foto-interpretação, aplicados à arquitetura e urbanismo.

§ 8º - O estudo da Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo abrange os sistemas de tratamento da informação e representação do objeto aplicados à arquitetura e urbanismo, implementando a utilização do instrumental da informática no cotidiano do aprendizado.

§ 9º - O Planejamento Urbano e Regional constitui a atividade de estudos, análises e intervenções no espaço urbano, metropolitano e regional.

Art. 5º - As matérias profissionais de Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo, Tecnologia da Construção, Sistemas Estruturais, Conforto Ambiental, Topografia, Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo, que requerem espaços e equipamentos especializados, têm como exigência, para sua oferta, a utilização de laboratórios, maquetarias, salas de projeto, além dos equipamentos correspondentes.

Art. 6º - Será exigido um Trabalho Final de Graduação objetivando avaliar as condições de qualificação do formando para acesso ao exercício profissional. Constitui-se em trabalho individual, de livre escolha do aluno, relacionado com as atribuições profissionais, a ser realizado ao final do curso e após a integralização das matérias do currículo mínimo. Será desenvolvido com o apoio de professor orientador escolhido pelo estudante entre os professores arquitetos e urbanistas dos departamentos do curso e submetido a uma banca de avaliação com participação externa à Instituição à qual estudante e orientador pertençam.

Art. 7º - Cada curso manterá um acervo bibliográfico atualizado de, no mínimo, 3.000 títulos de obras de arquitetura e urbanismo e de referência às matérias do curso, além de periódicos e legislação.

Art. 8º - Os cursos deverão empreender visitas a obras fundamentais, a cidades e conjuntos históricos e a cidades e regiões que ofereçam soluções novas, com exigência de apresentação de relatório crítico por parte dos alunos.

Art. 9º - A carga horária do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo será de 3.600 horas, exclusivamente destinadas ao desenvolvimento do conteúdo fixado no currículo mínimo, devendo ser integralizada no prazo mínimo de 5 e máximo de 9 anos.

Art. 10 - No prazo de dois anos a contar desta data, os cursos de Arquitetura e Urbanismo já existentes, proverão os meios necessários ao integral cumprimento desta Portaria.

Art. 11 - Os mínimos de conteúdo e duração fixados por esta Portaria serão obrigatórios para os alunos que ingressarem em 1996, podendo as instituições que assim o desejarem, aplicá-los imediatamente.

Art. 12 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 3/69 do extinto Conselho Federal de Educação.

MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL

ANEXO B – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo /2005

Parecer Homologado (*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 06/06/2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.		
RELATORES: Roberto Cláudio Frota Bezerra, Milton Linhares e Paulo Monteiro Vieira Braga Barone		
PROCESSO N°:		
PARECER CNE/CES N°: 112/2005	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 6/4/2005

I - RELATÓRIO

Trata-se do processo das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, remetido pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) para apreciação da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Os Relatores analisaram a proposta encaminhada pela SESu, referente ao curso em apreço, e procederam a algumas alterações com o intuito de adequá-la aos Pareceres CNE/CES, n^{os} 776/97, 583/2001 e 67/2003.

Após a análise do documento e visando ao aperfeiçoamento da proposta apresentada, os Relatores utilizaram a seguinte seqüência:

- Organização do curso;
- Projeto pedagógico;
- Perfil desejado do formando;
- Competências e habilidades;
- Conteúdos curriculares;
- Organização curricular;
- Estágio curricular supervisionado;
- Atividades complementares;
- Acompanhamento e avaliação;
- Trabalho de curso.

O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá estabelecer ações com base no desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

- a) a qualidade de vida dos habitantes dos assentamentos humanos e a qualidade material do ambiente construído e sua durabilidade;
- b) o uso da tecnologia em respeito às necessidades sociais, culturais, estéticas e econômicas das comunidades;
- c) o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável do ambiente natural e construído;

- d) a valorização e preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva.

Os Relatores propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, em nível de graduação plena.

Organização do curso

A organização do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo se expressa através de projeto pedagógico, descrição de competências, habilidades e perfil desejado para o futuro profissional, conteúdos curriculares, organização curricular, estágio curricular supervisionado, acompanhamento e avaliação, atividades complementares e trabalho de curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

Vale destacar que a carga horária das atividades didáticas e da integralização faz parte do projeto pedagógico, mas não terá especificação de valores na Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

A Câmara de Educação Superior deverá apresentar uma Resolução específica que tratará da duração e da carga horária dos cursos de graduação. O detalhamento de cargas horárias específicas por disciplinas ou módulos será de responsabilidade das instituições de educação superior.

Projeto pedagógico

A instituição de ensino superior deverá, na elaboração do projeto pedagógico do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, com suas peculiaridades e contextualização, o seu currículo e sua adequada operacionalização e coerente sistemática de avaliação. Deve ser dado ênfase à necessidade de se valorizar a criatividade intelectual do estudante e a importância do trabalho em equipe destacando-se os seguintes elementos estruturais, sem prejuízo de outros:

- I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - formas de realização da interdisciplinaridade;
- IV - modos de integração entre teoria e prática;
- V - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VI - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VII - incentivo à investigação, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- VIII - regulamentação das atividades relacionadas com o trabalho de curso, de acordo com as normas da instituição de ensino, sob diferentes modalidades;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado contendo suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; e
- X - concepção e composição das atividades complementares.

Perfil desejado do formando

O perfil do egresso de um curso de Arquitetura e Urbanismo envolverá uma formação de profissional generalista, apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis.

Competências e Habilidades

O currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- a) o conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;
- b) a compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;
- c) as habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, e de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;
- d) o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;
- e) os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;
- f) o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infra-estrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;
- g) os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infra-estrutura urbana;
- h) a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;
- i) o entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;
- j) práticas projetuais e soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;
- k) as habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;
- l) o conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;
- m) a habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, foto-interpretação e sensoriamento remoto, necessário na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional.

Conteúdos curriculares

O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo deve, em seu conjunto, buscar não só o perfil desejado do formando, como também, desenvolver competências e habilidades nos alunos e procurar formação de profissionais generalistas, aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a

conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis.

Os conteúdos essenciais que garantem a uniformidade básica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo serão distribuídos ao longo do curso em dois núcleos: Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e Núcleo de Conhecimentos Profissionais; e um Trabalho de Curso.

I - O Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação poderá ser desenvolvido em diferentes níveis de conhecimentos e sua composição deve fornecer o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo será integrado por: Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenho e Meios de Representação e Expressão.

II - O Núcleo de Conhecimentos Profissionais será composto por campos de saber destinado à caracterização da identidade profissional. Esse núcleo será constituído por: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia.

Os núcleos de conteúdos poderão ser dispostos, em termos de carga horária e de planos de estudo, em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipe, tais como:

- a) aulas teóricas, complementadas por conferências e palestras previamente programadas como parte do trabalho didático regular;
- b) produção em atelieres, experimentação em laboratórios, elaboração de modelos, utilização de computadores, consulta a bibliotecas e bancos de dados;
- c) viagens de estudos para o conhecimento de obras arquitetônicas, de conjuntos históricos, de cidades e regiões que ofereçam soluções de interesse e de unidades de conservação do patrimônio natural;
- d) visitas a canteiros de obras, levantamentos de campo em edificações e bairros, consultas a arquivos e a instituições, contatos com autoridades de gestão urbana;
- e) pesquisas temáticas, bibliográficas e iconográficas, documentação de arquitetura, urbanismo e paisagismo e produção de inventários e bancos de dados; projetos de pesquisa e extensão; emprego de fotografia e vídeo; escritórios-modelo de arquitetura e urbanismo; núcleos de serviços à comunidade;
- f) participação em atividades extracurriculares, como encontros, exposições, concursos, premiações, seminários internos ou externos à instituição, bem como sua organização.

III – O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório e será desenvolvido em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, como atividade de síntese e integração de conhecimento, devidamente regulamentado e aprovado pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração, e será supervisionado por um docente, de modo que envolva todos os procedimentos de uma investigação técnico-científica, a serem desenvolvidos pelo acadêmico ao longo da realização do último ano do curso.

Organização curricular

A organização de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverá ser elaborada com claro estabelecimento de componentes curriculares, os quais abrangerão: projeto pedagógico, descrição de competências, habilidades e o perfil desejado para o futuro profissional, conteúdos curriculares, estágio curricular supervisionado, acompanhamento e avaliação, atividades complementares e trabalho de curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

Cada instituição de ensino superior, quando da sua organização curricular, exercitará seu potencial inovador criativo com flexibilidade e liberdade, e estabelecerá expressamente as

condições para a efetiva conclusão do curso, desde que comprovados a indispensável integralização curricular e o tempo útil fixado para o curso, tendo em vista os seguintes regimes acadêmicos que as instituições de ensino adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, desde que observados pré-requisitos que vierem a ser estabelecidos no currículo, atendido o especificado na Resolução decorrente deste Parecer.

Estágio curricular supervisionado

O estágio curricular supervisionado deverá ser concebido como conteúdo curricular obrigatório, cabendo à instituição de educação superior, por seus colegiados acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, contemplando diferentes modalidades de operacionalização, entre outras: em escritórios-modelo de projeto de arquitetura e urbanismo ou núcleos ou laboratórios de habitação e *habitat* e poderá reconhecer, mediante avaliação, atividades desenvolvidas pelos estudantes em ambientes externos que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências inerentes à prática da profissão.

Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável, mas não obrigatório, que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

A instituição poderá reconhecer e aproveitar atividades realizadas pelo aluno em instituições, desde que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Atividades complementares

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando e deverão possibilitar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive as adquiridas fora do ambiente escolar, as quais serão reconhecidas mediante processo de avaliação.

As atividades complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de educação; devendo ser estabelecidas e realizadas ao longo do curso, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais atentando para que as ações de extensão não se confundam com estágio supervisionado.

Acompanhamento e avaliação

A implementação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Engenharia Agrícola deverão ser institucionalmente acompanhados e permanentemente avaliados, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverá estar em consonância com as metodologias e critérios empregados para o sistema de avaliação adotado pela instituição de ensino superior.

Trabalho de Curso

O trabalho de curso é componente curricular obrigatório e realizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, como atividade de síntese e integração de conhecimento, e consolidação das técnicas de pesquisa e observará aos seguintes preceitos:

- a) trabalho individual, com tema de livre escolha do aluno, obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais;
- b) desenvolvimento sob a supervisão de professores-orientadores, escolhidos pelo estudante entre os docentes arquitetos e urbanistas do curso;
- c) avaliação por uma comissão que inclui, obrigatoriamente, a participação de arquiteto(s) e urbanista(s) não pertencente(s) à própria instituição de ensino, cabendo ao examinando a defesa do mesmo perante essa comissão.

A instituição de ensino superior deverá regulamentar, pelo seu Colegiado Superior Acadêmico, os critérios, os procedimentos e o mecanismo de avaliação, além das diretrizes e técnicas relacionadas com a sua elaboração.

II – VOTO DOS RELATORES

Os Relatores recomendam a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, na forma apresentada neste Parecer, e do Projeto de Resolução em anexo, do qual é parte integrante.

Brasília(DF), 6 de abril de 2005.

Conselheiro Roberto Cláudio Frota Bezerra – Relator

Conselheiro Milton Linhares – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto dos Relatores.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 2005.

Conselheiro Paulo Monteiro Vieira Braga Barone – Relator

Conselheiro Edson de Oliveira Nunes – Presidente

Conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca – Vice